

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Cenário emperra mudanças no setor elétrico	2
Título: Uso de ociosidade em gasoduto é parte do pacote de abertura do gás	4
Título: Bandeira tarifária fica mais cara	6
Título: Democratização do capital das empresas estatais	7
Título: Um aplicativo para competição no gás	10
Título: CSN negocia contrato de minério com chinesas Citic e Minmetals.....	12
Título: Braskem muda conselheiros a pedido da PwC	14
Título: Destaques	16
Título: Sem empréstimo, British Steel pode quebrar.....	16
Título: Petrobras aprova revisão da cessão onerosa	19
Título: Com fim do embargo da Alunorte, Albras retoma produção de alumínio	20
Título: Porto Sudeste tentar impedir no Cade a compra da Ferrous pela Vale	22
Título: Curta.....	23
Título: Destaques	24
Título: Brasil tem de ser flexível na disputa entre China e EUA, afirma Mourão.....	24
Título: Alinhamento à Europa leva Scania a investir R\$ 1,4 bi	26
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	28
Título: Bandeiras tarifárias vão ter reajuste de até 50%.....	28
Título: Por que o governo teme tanto os caminhoneiros	29
Título: Lucro do BNDES ajuda a aliviar a crise fiscal.....	31
Título: Risco de barragem deixa cidade doente e sem banco e Correios	32
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	33

Título: Primeiras medidas para quebrar monopólio e baratear gás saem em junho, afirma secretário	33
Título: Mais uma barragem	34
Título: Caminhoneiro constrange governo e STF, diz entidade do agronegócio a Luiz Fux....	35
Título: A Petrobras e a Geni	38
Título: Verde.....	39
Título: Agência aprova reajuste nos valores de bandeira tarifária	39
VEÍCULO: O Globo.....	40
Título: Bolsonaro não sabe governar	40
Título: Bloqueio de gastos deve ser de R\$ 3 bilhões ou menos.....	42

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/05/2019

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Cenário emperra mudanças no setor elétrico

Em meio a crises políticas e o foco da equipe econômica na reforma da Previdência, o setor elétrico vem perdendo terreno dentro das prioridades do governo, apesar dos esforços da equipe do **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, de acordo com a avaliação do mercado de energia.

Mesmo com a decisão do almirante de manter boa parte dos técnicos da pasta, o que foi considerado acertado por executivos e especialistas do setor, os três pontos mais aguardados da agenda de energia elétrica - a solução para o impasse relacionado ao risco hidrológico (GSF, na sigla em inglês), a capitalização da Eletrobras e a reforma do setor elétrico - estão sem previsão de solução no curto prazo e, muito provavelmente, ficarão para 2020.

Tida como a prioridade do ministro, a solução para o impasse do GSF, que gera uma inadimplência de R\$ 7,1 bilhões no mercado de curto prazo, esbarra mais uma vez no Congresso. O novo capítulo da novela, que já dura seis anos, foi a

inclusão no texto do projeto de lei 10.985/2018, sobre a repactuação do risco hidrológico, da criação do polêmico Fundo de Expansão dos Gasodutos de Transporte e Escoamento da Produção, o "Brasduto".

"Apesar de ser uma matéria de consenso, e que o governo entende ser positiva, colocaram 'jabutis' na legislação, como essa questão do Brasduto. Isso é misturar os interesses, é querer pegar carona na solução de um problema. Acabou não solucionando a questão do GSF para fazer lobby para um grupo de interesses específicos", afirmou um executivo do setor elétrico, sob condição de anonimato.

O presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales, concorda com essa avaliação. "A inclusão de um projeto bastante controverso está atrapalhando", disse. Para ele, a solução para o impasse do GSF está na "na marca do pênalti". "Mas tudo depende do tratamento que o governo vai dar", completou.

Na última liquidação do mercado de curto prazo da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), referente ao mês de março, dos R\$ 9,6 bilhões contabilizados, a inadimplência chegou a R\$ 7,7 bilhões, sendo R\$ 7,12 bilhões referentes às liminares sobre o risco hidrológico. Para ter uma ideia, um credor comum da liquidação recebeu apenas 4% do valor a que tinha direito.

A solução específica para o impasse do GSF e que já tem consenso no governo e no mercado é a proposta de extensão do prazo de concessão de usinas hidrelétricas desde que seus respectivos donos abram mão das liminares que os protegem do pagamento das despesas do GSF. Caso aprovado e sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro, o projeto de lei prevê um prazo para que os agentes avaliem se vão aderir ou não à proposta. Por esse motivo, muitos no mercado já trabalham com o efeito prático da solução do GSF apenas em 2020.

É com esse mesmo horizonte que as empresas consideram a capitalização da Eletrobras e a reforma do marco legal do setor elétrico. Em relação ao plano de capitalização da companhia, o **Valor** apurou que o Ministério da Economia tem influência nas discussões.

A meta do ministro de Minas e Energia é divulgar ao mercado o novo modelo de capitalização ainda em junho. O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, tem sinalizado internamente que confia no avanço da iniciativa.

Tanto o executivo quanto o ministro Albuquerque acreditam na possibilidade de realizar a capitalização ainda neste ano. Nos bastidores, no entanto, esse cenário é dado como improvável. O próprio vice-presidente Hamilton Mourão indicou, em recente reunião com representantes sindicais ligados à Eletrobras,

que o assunto deve ficar para 2020, após ampla discussão com sociedade e Congresso.

Além da decisão da pasta de rever o plano anterior de capitalização da Eletrobras, definido ainda no governo Temer e que garantia a privatização da empresa, com um pagamento de bônus de R\$ 12 bilhões à União referente à mudança no regime de concessão de um conjunto de hidrelétricas da companhia, outra ameaça à medida é a proposta alternativa do Ministério da Economia. O plano prevê fatiamento e venda em separado das grandes subsidiárias da estatal. Mas, com essa fórmula, não há garantia de mudança do regime regulatório das hidrelétricas.

Sobre a reforma do setor, a preocupação do mercado é com relação ao prazo para a sua implementação. Havia uma expectativa de que o Ministério de Minas e Energia desse continuidade ao trabalho que foi feito na chamada pública 33/2017, amplamente discutida com diversos segmentos do mercado. A pasta, no entanto, recuou e criou, em abril, um grupo de trabalho para "aprimorar propostas de modernização do setor elétrico". Apesar da disposição do governo em tratar do assunto, o grupo de trabalho terá um prazo até outubro. Considerando o trâmite normal do Congresso, é difícil imaginar a implementação de alguma medida ainda neste ano.

Outros pontos da agenda avançam mais depressa. É o caso do plano de solução para atendimento energético à Roraima, único Estado isolado do Sistema Interligado Nacional (SIN). Além de realizar um leilão no fim deste mês para contratar energia para o Estado com edital inovador, o governo priorizou o licenciamento ambiental da linha de transmissão que ligará Boa Vista a Manaus, conectando Roraima ao SIN.

Também pode ser incluída no grupo das pautas que avançaram a solução para a retomada das obras da usina nuclear de Angra 3. Após receber contribuições de potenciais interessados, o governo prevê lançar no início do segundo semestre o edital da concorrência internacional e definir até o fim do ano o parceiro para a conclusão das obras. A expectativa é retomar a construção da terceira usina nuclear brasileira até 2021. A previsão é que Angra 3 inicie a operação em janeiro de 2026.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/05/2019

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Uso de ociosidade em gasoduto é parte do pacote de abertura do gás

O governo espera anunciar, em junho, um pacote de medidas para abrir mercado de gás natural, disse ontem o secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério de Economia, Carlos da Costa. Ele antecipou que uma das propostas em estudo é abrir a capacidade ociosa dos gasodutos da Petrobras existentes para outras empresas.

Conforme antecipado pelo **Valor** em fevereiro, o rol de soluções avaliadas pelo governo para abrir o mercado é amplo e envolve desde a saída integral da estatal da distribuição e transporte até medidas para forçar a petroleira a ceder parte da capacidade de transporte contratada em gasodutos.

Em abril, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) oficializou a criação do Comitê de Promoção da Concorrência do Mercado de Gás Natural, grupo que reúne o **Ministério de Minas e Energia**, Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Agência Nacional de Petróleo (ANP) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE) para discutir o tema.

Segundo Costa, a expectativa é que o CNPE publique no próximo mês uma resolução sobre a abertura dos gasodutos. A intenção é antecipar o fim da exclusividade que a Petrobras ainda detém em gasodutos de transporte, no país e abrir para outras empresas a capacidade ociosa - estimada hoje em cerca de 40%.

Costa afirmou que o governo estuda abrir a capacidade ociosa não só dos gasodutos de transporte, mas também dos de escoamento e as unidades de processamento de gás (UPGNs). "Será de ponta a ponta", disse o secretário, à imprensa, ontem, durante o evento CWC World Gás Series, no Rio.

Segundo o secretário, o governo tem mantido conversas "amigáveis" com Petrobras sobre a abertura do mercado de gás. A previsão é que em mais 60 dias o comitê tenha "excelentes notícias para o mercado".

"Estamos conversando amigavelmente com a Petrobras. Eles podem se beneficiar com a abertura, que pode proporcionar um aumento da demanda pelo gás."

O governo também mantém conversas com governadores para modificar as legislações estaduais de forma a incentivar a criação do mercado livre de gás.

Segundo Costa, as medidas de abertura devem injetar cerca de 50 milhões de metros cúbicos diários (m³ /dia) de gás no mercado não termelétrico até 2024, ajudando a reduzir os preços do gás natural em até 50% nesse período.

"Mas não queremos definir o preço", disse o secretário, ao afirmar que o objetivo é criar condições para a entrada de novos agentes no mercado e, assim, criar um ambiente mais favorável à competitividade do gás.

Se o governo aprovar neste ano o pacote de medidas para abrir mercado de gás natural, a expectativa é que a entrada de novos agentes no setor comece a ocorrer já a partir de 2021, segundo fonte que acompanha as discussões do governo para reduzir a participação da Petrobras na indústria de gás.

Caso a abertura da capacidade ociosa dos gasodutos seja oficializada neste ano, a previsão é que ao longo de 2020 as transportadoras se dediquem a criar um código de redes comum, para simplificar a integração das malhas de gasodutos das diferentes companhias do setor, como Transportadora Associada de Gás (TAG), Nova Transportadora do Sudeste (NTS) e a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG). O código permitirá que um cliente consiga no futuro, de maneira mais simples, injetar gás na malha de uma transportadora e retirar o gás numa malha de uma outra empresa

De acordo com a fonte, é possível realizar até o fim de 2020 as chamadas públicas para contratação das capacidades ociosas. Com isso, petroleiras poderiam iniciar a busca por clientes e fechar contratos de fornecimento até 2021. "Nossa intenção é antecipar essa transição o mais rápido possível e dar sinais ao mercado", disse a diretora de Gás Natural do Ministério de Minas e Energia, Symone Araújo.

Entre as empresas interessadas na abertura do mercado, estão Shell, Galp e Repsol, sócias da Petrobras no pré-sal e que vendem suas produções para a estatal por preços baixos, por terem dificuldades de acesso ao mercado. Companhias como Equinor e a própria Shell têm campos com gás em suas carteiras de projetos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/05/2019

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Bandeira tarifária fica mais cara

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou aumento das faixas de acionamento das bandeiras tarifárias, a fim de ajustar a metodologia do risco hidrológico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês) considerado no cálculo.

Com isso, a partir de 1º de junho, o acréscimo máximo da bandeira vermelha patamar 2 passará de R\$ 5 para R\$ 6 a cada 100 quilowatts-hora (KWh) consumidos.

Houve aumento em todas as faixas de bandeira tarifária. A amarela passou de R\$ 1 a cada 100 KWh para R\$ 1,50. Já a vermelha patamar 1 passou de R\$ 3 para R\$ 4 a cada 100 KWh consumidos.

Os novos valores devem ajudar as tarifas de energia a terem uma redução de até 5% em 2020, segundo a consultoria Thymos Energia. Ela prevê que as distribuidoras não precisarão pegar empréstimos para cobrir despesas adicionais não cobertas pela tarifas, como compra de energia de termelétricas mais caras. Com isso, o impacto final para as empresas será menor.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/05/2019

Seção: Opinião

Autor: Por Luiz Muniz

Título: Democratização do capital das empresas estatais

O debate da privatização é antigo e necessário. A abundante evidência empírica ajudou-nos a superar obstáculos, mas ainda falta reconhecer a importância da saída do governo do controle de estatais para o desenvolvimento de "novas" empresas brasileiras. Empresas nacionais, comprometidas em crescer, investir no Brasil. Grandes, competitivas, com escala mundial. Empresas com centro de decisão local, com capital disperso em centenas de investidores, brasileiros e estrangeiros. Administradas por executivos eficientes, governadas por conselhos de administração preparados e por estatutos que objetivem sua manutenção como "corporations" sem controlador definido.

O objetivo não é proteger nosso mercado contra "invasores estrangeiros", mas dar às nossas futuras ex-estatais uma chance de competir em melhores condições com pares locais e internacionais. Berle e Means, em "The Modern Corporation and Private Property", foram os primeiros a abordar o modelo de empresas com capital disperso ("democratizado") entre vários acionistas ("corporations"). Executivos não controlam a companhia que administram. Acionistas escolhem o conselho de administração que então aponta executivos para gerir a companhia. Acionistas concentram-se em oferecer capital de longo-prazo a um portfólio diversificado de companhias. Executivos de cada companhia concentram-se em aumentar o valor para seus acionistas, respeitando regras e a ética. Por meio do conselho de administração, os acionistas remuneram os executivos pelos resultados.

O modelo foi testado a partir de meados de 80 com as aquisições hostis. Sobreviveu bem. Ainda engatinhando no Brasil, teve sucesso com Lojas Renner (apreciação de c. 30% a.a. desde a democratização em 2005), Hering (c. 20% a.a. desde democratização em 2007) e Equatorial (c. 30% a.a. desde a democratização em 2012), para citar apenas alguns exemplos. Por que não estendê-lo para democratizar o capital da Eletrobras, Banco do Brasil, Correios, dentre muitas outras federais e estaduais? Funcionou bem nas privatizações na Europa e o caso do IRB mostrou que funciona também no Brasil.

O modelo outrora utilizado com vendas a consórcios financiados por dinheiro público já não mais se sustenta. O Tesouro está pressionado e o tamanho das estatais aumentou muito. A soma de todas as principais privatizações entre 1995 e 2002, aí incluídas Telebras, Vale, Banespa, Light e outras elétricas e bancos, equivale em dólares aproximadamente ao valor de mercado hoje da participação do governo apenas na Eletrobras, Banco do Brasil e BR Distribuidora.

Modelo outrora utilizado, com vendas a consórcios financiados por dinheiro público, já não mais se sustenta

O mercado de capitais já provou que absorve grandes operações. Desde 2007, houve 14 ofertas de ações acima de US\$ 2 bilhões. Levantaram US\$ 94,4 bilhões em sete IPO's e sete follow-on's. Além das vantagens do modelo democratizado para o crescimento da empresa e da economia, da facilidade de realizar grandes operações e captar recursos, ele ainda agiliza o processo e garante transparência e competitividade na precificação.

Críticos apontam os seguintes problemas:

- Comprometimento da competição: prefiro enxergar exatamente o oposto. Fatiar grandes estatais e vendê-las em partes enfraquece a competição já que o mercado perde um grande competidor. No caso da Eletrobras, que já vendeu todas suas subsidiárias de distribuição, passou por uma reestruturação administrativa que diminuiu custos, aumentou sua eficiência, unificou funções administrativas em um grande centro de serviços e multiplicou o preço de sua ação por dois nos últimos três anos, compensaria fatiá-la, retardar sua privatização, e ver seu futuro ameaçado?

Hipoteticamente, não seria melhor para aumentar a competição no setor bancário democratizar o capital do BB e transformá-lo num poderoso concorrente não estatal, comprometido com o país, sem as amarras de empresa pública? Não podemos aceitar como regra que vender em partes é melhor para garantir a concorrência. Não só porque não há evidência clara para isto, como

também porque se destrói um grande competidor e uma grande empresa nacional pronta para competir local e mundialmente.

- Instabilidade na Governança. Melhor o "olho do dono" e a maior aversão ao risco resultante de um portfólio não otimamente diversificado de muitos empresários, ou uma empresa administrada por executivos competentes e bem incentivados, governada por um notável conselho de administração representando um capital democratizado e monitorada por mecanismos de mercado como fusões e aquisições? A qualidade, tamanho e importância dos mercados de capitais para o financiamento do crescimento de países como os EUA, Inglaterra responde. Todos compõem-se majoritariamente por empresas de estrutura acionária democratizada.
- Falta de competência gerencial. Nosso Brasil tem executivos competentes que tocam empresas em condições difíceis. Conta com profissionais notáveis para exercer o dever fiduciário em conselhos. Não precisam se restringir a "empresas de dono". Podem liderar corporações.
- Não maximização de valor para o Estado: como debatemos acima, não se pode generalizar este tema. O tempo provou que uma AT&T unida gerava mais valor que várias "baby bells". Vimos que os 12 pedaços nos quais privatizou-se a Telebras não sobreviveram sozinhos e viraram no máximo quatro, em uma jornada de dolorosas compras e vendas e sofrimento do consumidor. Melhor, claro, que uma Telebras estatal, mas melhor que uma Telebras com capital democratizado, bem regulada em um mercado aberto para concorrência e com escala mundial para baixar custos e oferecer bons serviços aos consumidores e retornos a seus diversos acionistas, inclusive a União como minoritária?
- Ameaça de compra de controle hostil: há mecanismos já utilizados no Brasil que garantem não somente a prevenção de troca de controle contra os interesses do governo federal (golden shares, Vale e Embraer), como também a manutenção do capital democratizado sem concentração do controle (B3). Não inventamos isso. A Shell, por exemplo, tem seu estatuto desenhado de forma a mantê-la sempre como uma "corporation".

É hora de mudar. Chegou a hora de soltar as amarras e deixar novas empresas florescerem para o Brasil crescer. Temos o modelo, as empresas, os executivos e o mercado de capitais. O que falta?

Luiz O. Muniz é MBA pela Universidade de Chicago, sócio global e chefe na América Latina do Rothschild & Co

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 22/05/2019**Seção:** Opinião**Autor:** Edvaldo Santana**Título:** Um aplicativo para competição no gás

Lembram quando começaram os aplicativos de carona? Muitos condutores, usuários desses aplicativos, tiveram seus automóveis apedrejados, sofreram tocaias e foram espancados. Era a tecnologia, nos termos de uma destruição criativa, pregando uma de suas peças. Foram transformações que proporcionaram uma brutal redução do custo de entrada, aumentando a oferta. A transparência, combinada com a minimização dos efeitos da assimetria de informação, determinaram uma redução de preços jamais vista para o serviço. Na junção de tudo isso estaria a concorrência. Qual a relação disso com o segmento do gás natural? É o que mostro neste artigo.

O governo, finalmente, parece ter se dado conta da importância do gás natural para a retomada da economia, para criar empregos e agregar valor. Já não há como esconder que a estrutura da oferta do gás tornou-se inadequada, a favorecer monopólios preguiçosos. Há um bom tempo, em virtude do inexplicável preço dessa matéria-prima, a indústria tem deslocado parte relevante da produção para outros países, como os Estados Unidos. É que lá, depois do shale gas, mais uma peça da tecnologia, os preços sofreram forte queda, sendo determinantes para a recuperação da economia depois da crise de 2009.

Por aqui, o gás da camada pré-sal, que exigiu impactante desenvolvimento tecnológico, deveria ter o mesmo mérito do shale gas. Porém, se nada for feito, tende a intensificar o peso morto do monopólio, como é denominada a ineficiência que surge da ausência de mercado. O preço do gás natural já é superior a US\$ 14/MMBTU, cerca do triplo do praticado nos EUA e em quase todos os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Já não há como esconder que a estrutura da oferta do gás tornou-se inadequada, a favorecer monopólios preguiçosos

No governo Temer, as ótimas ideias do movimento Gás para Crescer não foram suficientes para convencer o Congresso Nacional da importância de um mercado livre para o gás natural. O apoio do governo foi muito tímido. As propostas, transformadas em projeto de lei, pareciam ter o apoio da Petrobras e de outros, que talvez não passassem de um ardil a esconder uma poderosa estratégia para manter tudo como estava.

E já começaram as reações às novas iniciativas do governo. Algumas são prosaicas. Culpam apenas os impostos, que respondem por algo como 22% do preço final do gás natural. Mas não é bem assim, e não é difícil explicar. Os 78% dos custos restantes estariam divididos entre a molécula ou o gás propriamente dito (43%), transporte (16%) e margem da distribuidora (19%). Uma redução de 30% nos impostos representaria apenas US\$ 0,92/MMBTU de diminuição no preço do gás, mas seria de US\$ 3,28/MMBTU se a medida fosse aplicada na estrutura monopolista - exploração, processamento, transporte e distribuição. Logo, é lá que estaria o fator crítico, daí a maior atenção do governo.

Em evento recente, no **Ministério de Minas e Energia (MME)**, a audiência foi brindada com outras pérolas, que fizeram lembrar-me de Millôr Fernandes ("Jamais diga uma inverdade que não possa provar"). Por uma dessas pérolas, se a indústria migrar para o livre mercado, as tarifas aumentariam 191% e 140% em São Paulo e no Rio de Janeiro, respectivamente. Isto é tão verdadeiro quanto uma nota de R\$ 4. São estimativas sustentadas em sofismas.

Para que esses percentuais fossem válidos, ou para que a "inverdade fosse provada", o mesmo gás teria que ser comprado e pago duas vezes (pelos consumidores e pelas distribuidoras), o que é impensável. Há maneiras mais inteligentes para aumentar (realmente) o volume de gás utilizado e entre elas não estaria o consumo virtual. Na prática, quando o consumidor migra para o mercado livre, sua parcela da molécula deixa de ser responsabilidade da distribuidora, reduzindo-lhe os custos correspondentes. Não há, ou são desprezíveis, aumentos de custos para os consumidores que permanecem como cativos das distribuidoras.

Abstraindo-se dessas reações, não é trivial a solução do problema, que, em linhas gerais, implica criar um ambiente competitivo para a compra e venda do gás natural. Por exemplo, é essencial o livre acesso às estruturas de processamento e transporte. Tão essencial e estratégico que o início das discussões já resultou em duas demissões na Petrobras, por discordância ou por diferença de entendimento.

Se o gás é produzido no ponto A, mas consumido no ponto B, para que seja eficaz a livre comercialização os compradores e vendedores precisam saber, em tempo real, o que pode ser transportado. Se o dono do gasoduto é também um agente vendedor, fará de tudo para limitar a competição. Basta não informar a capacidade ainda livre para transporte ou sempre informar um valor muito menor do que o real. Ele criaria, com tal artimanha, uma restrição (virtual) de transporte, que lhe daria poder de monopólio. A assimetria de informações, decorrente da falta de transparência, lhe doaria uma vantagem espúria. A Petrobras, como é de amplo conhecimento, controla cerca de 85% dos

gasodutos e opera o restante, sem qualquer obrigação de ser transparente, e não esboçará esforço por isto, pois não há incentivo.

A proposta da Petrobras para o problema, que ela reconhece, consiste em criar a figura de um operador de gasodutos que, durante uma transição, seria por ela controlado. Funciona assim em alguns lugares, mas "nada é tão permanente quanto uma solução temporária do governo", como dizia Milton Friedman. A proposta, um pouco ousada, deve ter assustado a área econômica do governo.

O gás natural, contudo, pode ser medido nas extremidades A e B do nosso exemplo hipotético. Se o gasoduto tem uma capacidade T de transporte e em B é medido um volume V, a diferença entre T e V indica quanto, a cada instante, há de espaço livre para uso. Então, bastaria tornar público todos os valores medidos, o que eliminaria a assimetria de informações e o poder de monopólio.

Como cumprir tarefa tão estratégica? Mais uma vez, com uso da tecnologia. Com o desenvolvimento, via startup, de um aplicativo, que teria como missão divulgar, em tempo real, com toda precisão e detalhes necessários, os volumes livres em todos os gasodutos da malha de transporte, que seria, claro, de livre acesso.

A operação e manutenção dos dispositivos de medição e comunicação ficaria a cargo do "aplicativo", a essa altura uma pequena empresa de tecnologia da informação, a criar valor, reduzir absurdamente os custos de entrada, assegurar a competição e eliminar o peso morto do monopólio. O subproduto do aplicativo seria a destruição de um monstro, no caso, o operador do gasoduto, que tinha tudo para ser mais uma camuflagem para fugir da concorrência.

Edvaldo Santana, ex-diretor da Aneel, é vice-presidente de Estratégia da Electra Energy

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Maria Luíza Filgueiras | De São Paulo

Título: CSN negocia contrato de minério com chinesas Citic e Minmetals

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) tem ao menos dois interessados, já em tratativas com a empresa, pelo contrato de "streaming" - venda antecipada de

fluxo futuro de minério de ferro. O **Valor** apurou que as chinesas Citic e China Minmetals estão em negociação avançada com a companhia brasileira.

A CSN tem plano de levantar US\$ 500 milhões com essa operação. Como antecipado pelo **Valor** em março, a empresa contratou o Citi para assessorá-la na operação, com a intenção inicial de levantar US\$ 1 bilhão, que poderia ser dividido em tranches.

Na última teleconferência com analistas, o presidente da CSN, Benjamin Steinbruch, disse que as conversas atuais são pela metade do valor, o que seria a primeira tranche. As companhias chinesas não têm exclusividade na negociação no momento, o que permite que um terceiro interessado possa entrar nas conversas, acrescentaram as fontes.

Ontem, após a publicação da informação no **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**, a ação da CSN inverteu a queda de 0,7% e fechou o pregão com valorização de 7,99%. A Minmetals é uma trading chinesa importadora de minério de ferro. A Citic é um dos maiores conglomerados da China, com atuação diversa, incluindo mineração.

A operação de streaming faz parte do plano de desalavancagem da siderúrgica. Em fevereiro, a CSN divulgou que sua nova projeção para o indicador de dívida líquida em relação do Ebitda ajustado é de 3 vezes no fechamento do balanço deste ano. Ao fim do primeiro trimestre, essa alavancagem estava em 4,07 vezes - no mesmo período do ano passado estava em quase 6 vezes.

A companhia vem sendo pressionada nos últimos dois anos por investidores e credores a reduzir esse patamar de alavancagem de forma mais relevante - a dívida líquida está em R\$ 25,77 bilhões. Ainda como parte desse plano, a CSN negocia um contrato adicional com a suíça Glencore de US\$ 250 milhões, conforme Steinbruch disse a analistas. Em fevereiro deste ano, a companhia já tinha acertado com a Glencore um contrato de longo prazo de fornecimento de minério de ferro, no montante de US\$ 500 milhões.

A CSN negocia também a venda de ativos na Europa - a assessoria financeira Jefferies está encarregada das negociações de venda na Alemanha e em Portugal. A transação de venda da alemã Stahlwerk Thüringen (SWT), produtora de aços longos, estaria em etapa mais avançada. Procurada sobre a negociação de streaming, a CSN disse que não comentaria o assunto.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 22/05/2019****Seção: Empresas****Autor: Stella Fontes | De São Paulo****Título: Braskem muda conselheiros a pedido da PwC**

Em assembleia geral extraordinária (AGE) convocada para hoje, os acionistas da Braskem vão deliberar sobre a troca de membros do conselho de administração, como parte da revisão de processos e controles internos que acabou levando a petroquímica a não entregar o formulário 20-F dentro do prazo, apurou o **Valor**. Segundo fontes próximas ao tema, a PwC, que auditava o balanço da companhia nos Estados Unidos até 2017, questionou a presença de determinados executivos que tiveram ou têm ligação com o grupo Odebrecht no colegiado da petroquímica, o que acabou levando à proposta de substituição.

Segundo duas fontes próximas ao tema, esse foi mais dos pedidos ou apontamentos feitos pelo auditor, que ainda não assinou o 20-F da Braskem referente ao exercício de 2017. O documento deve ser entregue anualmente à Securities and Exchange Commission (SEC) e, como esse relatório específico não foi encaminhado no prazo, a Bolsa de Nova York (Nyse) suspendeu as negociações com recibos de ações da companhia neste mês.

Na assembleia, os acionistas vão ratificar a substituição de Luiz de Mendonça pelo suplente Mauro Motta Figueira e a indicação de Marcelo Pontes, diretor de comunicação do grupo Odebrecht, como novo suplente. Mendonça, ex-presidente da Atvos, acaba de assumir a presidência da Âmbar Energia e sua vaga no conselho de administração da Braskem já vinha sendo ocupada por Figueira.

A empresa também propõe a eleição de Roberto Simões e Roberto Faldini para os lugares de Rodrigo Salles e Carla Barretto, respectivamente. Salles ainda está nos quadros da Odebrecht, enquanto Carla deixou o grupo. Ambos ocupam assentos em conselhos de outras empresas da organização. Já Roberto Simões é presidente da Ocyan (antiga Odebrecht Óleo e Gás) e Roberto Faldini é conselheiro independente, com assento nos colegiados da Marfrig e da Odebrecht S.A., entre outras empresas.

Segundo as fontes, os nomes que serão substituídos não têm relação com atos ilícitos cometidos pela Odebrecht no passado, nem são acusados de práticas irregulares. Mas a PwC fez a recomendação de troca por terem sido subordinados a executivos envolvidos em ilícitos ou alocados em áreas em que foram constatadas irregularidades. Os novos nomes foram indicados pela

Odebrecht. Procurada, a Braskem informou que as mudanças no conselho, composto por 11 membros, fazem parte de um processo natural de renovação.

A PwC já havia questionado uma remessa de recursos para fora do Brasil, feita em 2013 por Maurício Ferro, quando ele ainda era executivo da Braskem, conforme informou o **Valor** na semana passada. O levantamento de informações sobre esse evento também explica o atraso na entrega do 20-F.

As indicações de que a petroquímica dedica esforços para entregar o 20-F o mais breve possível - e retomar a negociação na Nyse - e a expectativa de que possa haver acordo no processo judicial movido contra a empresa pelo Ministério Público Estadual e pela Defensoria Pública de Alagoas animaram os investidores. Por isso, as ações da Braskem registraram o segundo dia de ganhos relevantes na B3, retomando o nível de preços do início do mês. Após mais de 10% na segunda-feira, as PNA subiram 6,8% ontem, superando R\$ 43.

A leitura é a de que a superação desses temas contribui para o andamento das negociações entre Odebrecht e LyondellBasell, que pretende comprar a petroquímica. Na semana passada, em conferência do Goldman Sachs, o diretor financeiro da Lyondell, Thomas Aebischer, disse que ficará surpreso caso se chegue ao terceiro trimestre sem uma decisão sobre a potencial compra.

Em Alagoas, o Tribunal de Justiça informou em nota, na segunda-feira, que aguarda a divulgação de um novo mapa de áreas de risco na região para iniciar as mediações com as famílias atingidas pelo afundamento do solo em bairros da capital Maceió, onde a Braskem tem uma mineração de sal-gema, usado na produção de cloro-soda e dicloroetano, matéria-prima para o PVC. MPE e Defensoria pedem o bloqueio de R\$ 6,7 bilhões da empresa, mas somente R\$ 100 milhões foram efetivamente bloqueados.

Relatório do Serviço Geológico Brasileiro (CPRM) indicou que o surgimento de rachaduras em vias e imóveis dos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro está associado à extração do sal. Um dia depois da divulgação do laudo, as atividades foram suspensas, com efeito cascata em outras fábricas de vinílicos - a produção de PVC ainda não foi afetada. A Braskem não tem uma estimativa do impacto financeiro da suspensão, mas a avaliação é de que o efeito não será material embora o negócio de vinílicos represente de 3% a 5% do resultado operacional consolidado.

A Braskem, que já tinha lançado um pacote de medidas emergenciais para o bairro do Pinheiro, ainda não teve acesso ao relatório completo da CPRM. O documento divulgado há duas semanas trouxe apenas um resumo do laudo, sem os anexos e assinaturas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 22/05/2019**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Destaques

Futuro da Angra 3

O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr., espera definir neste ano um sócio para a conclusão da usina nuclear de Angra 3. "Esperamos para o segundo semestre a concorrência internacional para selecionar o sócio." Segundo ele, Angra 3 será o grande projeto de geração da Eletrobras por concluir. As 18 máquinas de Belo Monte devem estar em operação até janeiro. Já a hidrelétrica de Sinop deve ter o reservatório enchido em setembro.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 22/05/2019**Seção:** Empresas**Autor:** Michael Pooler, Jim Pickard e Madison Marriage | Financial Times, de Londres**Título:** Sem empréstimo, British Steel pode quebrar

A British Steel esta preparada para entrar em concordata, com milhares de empregos em risco, depois de praticamente fracassarem as negociações com o governo sobre um empréstimo de emergência de 75 milhões de libras (US\$ 95,6 milhões) para mantê-la funcionando.

Segundo fontes informadas sobre a situação, a empresa, seus credores e o governo se preparavam para que a empresa de contabilidade EY fosse nomeada como gestora da concordata, na falta de um acordo de resgate de última hora.

Uma fonte do governo confirmou que as negociações estavam chegando à fase final e uma declaração ministerial era esperada para breve. De acordo com ela, o secretário de Negócios do Reino Unido, Greg Clark, estava sob "forte pressão" para auxiliar o grupo, considerando que a British Steel era um empregador tão "icônico".

Além dos 5 mil funcionários diretos, a empresa gera cerca de 20 mil empregos entre os fornecedores

No entanto, o governo sentiu que não tinha condições de superar as dificuldades jurídicas para que o empréstimo não contrariasse as regras de ajuda estatal da União Europeia, segundo uma fonte informada sobre a situação. Essa fonte disse que a sensação era de que "tudo estava praticamente acabado".

A British Steel tinha pedido um socorro financeiro estatal de 75 milhões de libras para evitar uma crise - pela qual responsabilizava a queda de encomendas causada pela incerteza com relação ao Brexit - apenas poucas semanas depois de ter conseguido do governo um empréstimo sob condições comerciais de 120 milhões de libras para ajudá-la a adequar-se a uma lei ambiental da UE.

Isso pôs em dúvida o futuro da empresa, que é a segunda maior siderúrgica do Reino Unido, com cerca de 5 mil empregados, a maioria dos quais localizada na enorme fábrica de Scunthorpe, no norte de Lincolnshire.

As negociações chegaram a um impasse na semana passada, depois que, segundo várias fontes informadas sobre a situação, os ministros se cansaram da relutância do proprietário da British Steel, o fundo privado de equity Greybull, de colocar dinheiro na mesa.

O montante de 75 milhões de libras pedido originalmente tinha caído para 30 milhões de libras, com o proprietário e seus credores preparados para injetar novo capital na British Steel, de acordo com a "Sky News", a primeira a relatar os preparativos para a insolvência.

Andrew Stephenson, ministro da Indústria, disse ontem que o governo "não pouparia esforços no seu apoio ao setor siderúrgico". Stephenson explicou que qualquer auxílio à empresa em dificuldades teria de ser feito sob condições comerciais, para obedecer às regras de ajuda estatal. "Se adquirirmos uma participação ou não, seja como for que isso seja feito, tem de ser feito em base comercial", afirmou a parlamentares.

"O governo está disposto a agir", disse Stephenson, destacando o empréstimo de 120 milhões de libras anunciado anteriormente. Ele se recusou a fazer mais comentários sobre os detalhes das negociações em andamento, mas afirmou que a atualização era iminente. "Só podemos agir dentro dos limites estritos do que é possível sob as leis do Reino Unido e da UE", disse.

A falência da empresa seria um duro golpe para o setor siderúrgico do Reino Unido, que ainda se recupera de uma crise severa em 2016, provocada por uma

queda nos preços mundiais do metal. Também seria um golpe nos fundamentos da base manufatureira do país e prejudicaria a "estratégia industrial" da primeira-ministra Theresa May.

Além de seus funcionários diretos, a British Steel sustenta cerca de 20 mil empregos entre seus fornecedores. Uma fonte próxima à empresa disse que os próximos salários seriam pagos.

Conforme as negociações com ministros e funcionários públicos enfrentavam obstáculos na semana passada, a empresa informou na quinta-feira que tinha garantido um novo financiamento com seus credores, mas uma "solução permanente" ainda era necessária.

Alasdair McDiarmid, diretor de operações do sindicato Community, disse que, a não ser que o governo fizesse mais, poderia ocorrer uma "devastação industrial em escala massiva". "Se uma solução não for encontrada, o contribuinte acabará com uma conta de centenas de milhões para despoluir as instalações industriais e reparar as comunidades", acrescentou.

O sindicato Unite instou os ministros a considerarem a nacionalização como uma possibilidade se não se chegasse a um acordo entre o governo e o Greybull.

O vice-secretário-geral do Unite, Steve Turner, disse que a British Steel era "importante estrategicamente" e fornecia 95% dos trilhos de ferrovias do Reino Unido. "É um bem nacional que sustenta a sociedade anônima Reino Unido e não pode simplesmente ser deixado para o mercado".

A British Steel foi criada em 2016, quando o Greybull adquiriu o que na época era a divisão europeia de produtos longos do conglomerado indiano Tata, cujos ativos britânicos incluem o chá Tetley e a Jaguar Land Rover.

O Greybull pagou um valor simbólico de 1 libra pela empresa deficitária e a renomeou em homenagem ao ex-titã industrial. Depois de mudanças que começaram ainda sob a administração do Tata e incluíram demissões em massa e cortes de custos, a renascida British Steel voltou a ter lucros em seus primeiros cem dias de independência. Mas desde então ela sofreu revezes e chegou a uma pequena perda em 2017-2018, último ano sobre o qual há informações contábeis disponíveis.

A empresa de contabilidade EY e o departamento de Negócios não responderam a pedidos para que falassem sobre a questão. A British Steel e o Greybull se recusaram a comentar.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 22/05/2019****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho | Do Rio****Título: Petrobras aprova revisão da cessão onerosa**

O conselho de administração da Petrobras aprovou o acordo com a União para revisão do contrato da cessão onerosa. O órgão colegiado, no entanto, quer garantias de que a empresa receberá os US\$ 9,058 bilhões previstos e condicionou a assinatura do termo aditivo do contrato a uma "solução orçamentária" que assegure o pagamento. O fechamento do acordo entre o governo e a estatal é um passo importante para a realização do megaleilão dos excedentes da cessão onerosa, que pode render uma arrecadação de R\$ 106,5 bilhões ao Tesouro, se bem-sucedido.

Os conselheiros aprovaram o termo aditivo por unanimidade, disseram duas fontes da administração da petroleira. O conselho também condicionou a assinatura do acordo à publicação da portaria do **Ministério de Minas e Energia** que tratará da coparticipação entre a estatal e as vencedoras da licitação dos excedentes. A Petrobras quer garantir que o documento não violará o "direito adquirido da Petrobras no contrato de cessão onerosa e as condições negociadas no âmbito do processo de revisão".

A "solução orçamentária" exigida pelo conselho visa garantir que a União terá como pagar os US\$ 9,05 bilhões à estatal, em meio às incertezas sobre como o governo conseguirá viabilizar a operação. Um despacho do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, questionou recentemente se o pagamento à estatal infringiria a PEC do Teto de Gastos ou se ainda exigirá mudança na lei orçamentária deste ano.

A expectativa é que a Petrobras utilize os valores recebidos para participar do leilão dos volumes excedentes - reservas que ultrapassam os 5 bilhões de barris aos quais ela tem direito de produzir no pré-sal, como parte do contrato da cessão onerosa de 2010, que permitiu a União aumentar a fatia no capital da petroleira. Com base nos bônus de assinatura definidos pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), para o leilão, os US\$ 9,05 bilhões que a Petrobras receberá dão condições para que a petroleira compre cerca de um terço dos volumes ofertados.

Em fevereiro, o presidente da estatal, Roberto Castello Branco, havia antecipado que pretendia utilizar os recursos do acordo da cessão onerosa para adquirir novos ativos no leilão de 28 de outubro e que não conta com as cifras para os planos de desalavancagem financeira da empresa. "Nosso maior

interesse é realmente participar do leilão [dos excedentes] e temos oportunidade para no futuro expandirmos na produção", disse, em entrevista coletiva, na época.

Além do acordo com a União para revisão do contrato da cessão onerosa, o conselho de administração da Petrobras também aprovou a indicação do nome do professor Nivio Ziviani para uma das cadeiras do órgão colegiado. A União, como acionista controladora da estatal, já havia sugerido o nome de Ziviani para o cargo, mas retirou a indicação durante a assembleia de acionistas de 25 de abril, por questões burocráticas. Segundo uma fonte, o nome havia sido retirado da votação dos acionistas porque o trâmite formal não havia sido concluído a tempo.

"A União não tinha conseguido aprontar a papelada formal, mas agora resolveu", disse uma fonte da administração da companhia.

Na assembleia do dia 25, a União retirou duas indicações para o conselho e declarou a vacância das cadeiras que seriam ocupadas por Ziviani e Alexandre Vidigal de Oliveira, secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia. Os nomes não chegaram a ser apreciados pelos acionistas.

Ziviani assume uma das cadeiras do colegiado sem ter passado ainda pelo crivo dos acionistas - a nomeação será submetida à deliberação da próxima assembleia geral que ocorrer. Ziviani é engenheiro mecânico pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre em informática pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e doutor em ciência da computação pela Universidade de Waterloo, Canadá. Ele é especialista em tecnologia da informação.

Com a aprovação de Ziviani, o número de cadeiras vagas no conselho da Petrobras passa de três para duas. O colegiado ficou desfalcado depois da renúncia de Jerônimo Antunes e a destituição de Segen Estefen.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado | De São Paulo

Título: Com fim do embargo da Alunorte, Albras retoma produção de alumínio

O fim do embargo da produção da Alunorte, em Barcarena (PA), vai favorecer a produção de alumínio primário no Brasil. A Albras, que pertence ao mesmo grupo que a Alunorte, anunciou que vai retomar a produção já nesta semana e a

unidade deverá produzir a plena capacidade durante o segundo semestre de 2019.

A Albras reduziu a produção anual para 230 mil toneladas em meados de abril de 2018, após o embargo de produção da Alunorte. A sua capacidade anual permite produzir 460 mil toneladas de alumínio primário.

Com o retorno da Albras, a expectativa do presidente da Associação Brasileira da Indústria de Alumínio (Abal), Milton Rego, é que a produção de alumínio primário chegue a perto de 750 mil toneladas. No ano passado, quando a produção da Alunorte foi reduzida em 50%, esse volume foi de 690 mil toneladas e em 2017 chegou a 800 mil toneladas.

"Com o fornecimento de alumina voltando ao normal, a produção da Albras pode ser retomada ao ritmo de antes do embargo. Isso vai aumentar a oferta de alumínio no mercado interno, reduzindo um pouco a importação desse produto", disse Rego, ao **Valor**.

De acordo com John Thuestad, vice-presidente executivo da área de negócios de bauxita e alumina da Hydro, em dois meses a Alunorte poderá retomar de 75% a 85% da sua produção. "Estamos trabalhando para colocar a operação em seu ritmo normal. Vamos depender dos ajustes nos equipamentos e do mercado", disse ao **Valor**, Thuestad.

A Alunorte tem capacidade de produção de 6,4 milhões de toneladas por ano. Em 2017, um ano antes do embargo, a companhia fabricou 6,4 milhões de toneladas. Com a restrição de 50% da capacidade, em 2018, a empresa produziu 3,6 milhões. "Vamos nos concentrar em elevar de forma segura a produção, após vários meses de operações interrompidas. No terceiro trimestre, aliás, um novo filtro-prensa deve ser instalado na usina. Hoje, já contamos com oito equipamentos para filtragem do resíduo da bauxita a seco."

A operação global da Hydro, também deve sofrer ajustes. A nova presidente mundial da companhia, Hilde Merete Aasheim, que assumiu neste mês, disse que haverá uma revisão estratégica nos negócios de laminados no mundo. Em nota, a companhia informou que a avaliação foi necessária "pois a lucratividade nessa área tem sido baixa ao longo do tempo. Buscamos a rentabilidade da operação. Mas, a decisão se vamos ou não sair desse negócio dependerá do resultado dessa revisão."

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 22/05/2019****Seção: Empresas****Autor: Juliano Basile | De Brasília****Título: Porto Sudeste tentar impedir no Cade a compra da Ferrous pela Vale**

A Porto Sudeste alegou à Superintendência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) que a compra da Ferrous Resources Limited pela Vale vai levar a um domínio superior a 80% do mercado de minério de ferro no país. A companhia apresentou dados da Agência Nacional de Mineração (ANM) apontando que a Vale foi responsável por 79,17% da produção no Brasil, em 2017, com 366,5 milhões de toneladas. Em 2018, esse volume subiu para 384,6 milhões de toneladas, superando os 80%.

A concorrente alegou ainda a produção da Vale iria ultrapassar 400 milhões neste ano. Mas esse cenário mudou a partir de janeiro, com o rompimento da barragem de Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG). O desastre afetou essa meta, com a interrupção de várias minas. A nova projeção é de 307 milhões a 332 milhões de toneladas neste ano.

A Vale argumentou que a maior parte dos produtos neste setor, como o sinterfeed e pellet feed, é destinado para exportações a outros países e, portanto, a compra da Ferrous, se aprovada, não afetará o comércio no Brasil. "Mais de 90% da produção da Vale, em 2017, foi exportada e, no caso da Ferrous, no mesmo período, 75% da produção foi destinada ao exterior", ressaltou em petição enviada ao Cade. Os 25% restantes da Ferrous seriam comprados pela própria Vale.

Advogados da Vale alegaram que a empresa tem entre 10% e 20% do mercado brasileiro de minério, enquanto a Ferrous estaria com menos de 5%. Já no mercado de pellet feed a participação da Vale é inferior a 5% e a da Ferrous só iniciou a produção neste ano. "A produção de sinter feed da Ferrous, à exceção do destinado à própria Vale, sempre foi quase exclusivamente destinada ao mercado externo, demonstrando a total ausência de nexo de causalidade entre a operação e quaisquer efeitos no território brasileiro", informou o escritório Vinícius Marques de Carvalho.

A Vale informou ainda que enfrenta a competição de Usiminas, CSN, Gerdau, Vallourec e Anglo American. Por isso, o negócio envolvendo a Ferrous não poderia ser reprovado, já que a competição continuaria neste setor.

Mesmo diante desses argumentos, a Porto Sudeste afirma que a Vale tem domínio no mercado doméstico e teria como ampliá-lo caso a compra da Ferrous seja aprovada, o que poderia causar alta de preços aos consumidores de produtos ligados ao minério de ferro. Por isso, pediu em petição do escritório de advocacia José Del Chiaro que esse negócio da Vale seja reprovado.

Após avaliar os argumentos de alado a lado, a superintendência do órgão antitruste vai emitir um parecer e encaminhá-lo ao plenário do Cade para apreciação do corpo de conselheiros.

O processo teve início em dezembro do ano passado, mas se tornou complexo após os acidente ocorrido com a barragem de rejeito da Vale em Brumadinho no dia 25 de janeiro. O desastre ambiental e humano levou à morte mais de 230 pessoas e mais de 30 ainda se encontram desaparecidas. Com as ações das autoridades - ministério Público e Secretaria de Meio Ambiente -, a empresa anunciou a paralisação de outras operações.

Ainda não há data para o Cade dar posição final sobre o negócio.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/05/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curta

CPFL compra Renováveis

A CPFL Energia assinou um memorando de entendimento com a sua controladora State Grid para a compra da totalidade da participação que a chinesa detém na CPFL Energia Renováveis. Conforme o comunicado, o grupo chinês já declarou que aceita vender as ações ao preço de R\$ 16,85 por papel. O memorando prevê algumas condições para a efetivação da operação, como a conclusão "bem sucedida" da oferta subsequente de ações da CPFL Energia, uma vez que os recursos seriam usados para financiar a aquisição, diz o comunicado.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 22/05/2019**Seção:** Finanças**Autor:****Título:** Destaques

Debênture da Neoenergia

A Neoenergia divulgou o prospecto preliminar de sua emissão de R\$ 1,25 bilhão em debêntures, dividida em duas séries. O volume pode ser acrescido em 20%, chegando a R\$ 1,5 bilhão. Segundo a empresa, serão emitidas 1,25 milhão de debêntures ao preço unitário de R\$ 1 mil, sob regime de garantia firme, em até duas séries por meio do sistema de "vasos comunicantes". A primeira série terá prazo de dez anos e juros limitados ao equivalente à taxa do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais para 2028, acrescida de um spread de até 0,20%; ou 4,37%. Já a segunda série tem prazo de 14 anos e juros limitados ao equivalente à taxa do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais para 2028, acrescida de um spread de até 0,30%; ou 4,47%. A operação é coordenada por BB Banco de Investimento, Itaú BBA, Santander, Citi e XP Investimentos. **(Álvaro Campos)**

Emissão da Taesa

A Moody's atribuiu rating "Ba1" na escala global à emissão planejada de R\$ 1,06 bilhão em debêntures da Transmissora Aliança de Energia Elétrica (Taesa), composta por uma série de R\$ 850 milhões em dívida sênior sem garantias, com vencimento final em maio de 2026, e outra série de R\$ 210 milhões em dívida sênior com garantia real, com vencimento final em maio de 2044. Os recursos desta emissão serão utilizados para fortalecer a posição de caixa da companhia e para apoiar investimentos. **(Álvaro Campos)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 22/05/2019**Seção:** Brasil**Autor:** Marcelo Ninio | De O Globo, em Pequim, para o Valor**Título:** Brasil tem de ser flexível na disputa entre China e EUA, afirma Mourão

O vice-presidente Hamilton Mourão disse, em Pequim, que o Brasil precisa ter "flexibilidade" diante da guerra comercial entre Estados Unidos e China e das sanções do governo americano à gigante chinesa de telecomunicações Huawei.

Para Mourão, há uma "demonização" de produtos chineses, e o Brasil precisa ter paciência para não se precipitar até que fique claro o resultado da disputa.

"Tem toda aquela demonização, ou satanização, vamos colocar assim, daquilo que vier produzido aqui, que poderão ser equipamentos espiões. A gente tem que esperar clarear as coisas", disse Mourão, no terceiro dia de sua visita à China.

Mourão, que nesta visita tem usado um tom bem mais amigável em relação à China do que o do presidente Jair Bolsonaro na campanha eleitoral, afirmou que a palavra-chave para o Brasil em relação à guerra comercial entre China e EUA é "flexibilidade".

Na opinião do vice-presidente brasileiro, as ações do governo americano são parte do estilo de negociação de Donald Trump e não significam necessariamente que o desfecho será um confronto total entre os dois países.

Mourão visitou a Academia Chinesa de Tecnologia Espacial em meio à celebração dos 30 anos da parceria entre Brasil e China na área espacial, que já resultou na fabricação e no lançamento de cinco satélites. O evento ocorreu dois meses após a assinatura do acordo que prevê o uso pelos Estados Unidos do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão.

"Tranquilamente. Essa cooperação já vem de há muito tempo. A China tem o seu próprio sítio de lançamento, são coisas distintas, e nós podemos continuar muito essa cooperação", disse Mourão.

A possibilidade de a base de Alcântara vir a ser utilizada para o lançamento de satélites chineses foi um dos temas levantados na segunda-feira, em conversa com o presidente da Agência Espacial Brasileira, em Pequim.

Segundo Yu Qi, vice-diretora da agência espacial chinesa, embora a base brasileira tenha uma localização privilegiada para o lançamento de satélites, por estar perto da linha do Equador e permitir a economia de combustível, a distância torna seu custo excessivo para a China. Além disso, os EUA não permitiriam que satélites chineses fossem lançados de foguetes americanos, disse Yu.

Ela confirmou que o sexto satélite produzido a partir da cooperação entre Brasil e China tem lançamento previsto para dezembro deste ano em Taiyuan, no norte do país. Desenvolvido em conjunto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e pela Cast, o satélite Cbers-4A fornecerá imagens para o

monitoramento do ambiente, como fotos de desmatamento e desastres naturais, entre outros fins.

Após visitar a academia espacial chinesa, Mourão afirmou que o Brasil tem interesse em aprofundar a parceria, mas a intenção esbarra na falta de recursos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Marli Olmos | De São Paulo

Título: Alinhamento à Europa leva Scania a investir R\$ 1,4 bi

Quando estive no Brasil, em novembro, o presidente mundial da Scania, Henrik Henriksson, disse que achava o país competitivo e que a empresa estava disposta a continuar investindo na fábrica brasileira para mantê-la em linha com o padrão mundial de produtos da marca. Ontem a montadora anunciou um novo investimento no país, de R\$ 1,4 bilhão para o período de 2021 a 2024.

Com mais esse programa, o volume de investimentos na subsidiária brasileira do grupo sueco que produz caminhões pesados e ônibus somará R\$ 4 bilhões entre 2016 e 2024.

O cenário agora mais desfavorável, com projeções de PIB em declínio, tornaram as negociações com a matriz para a aprovação desse último programa mais difíceis, segundo o presidente da Scania na América Latina, o brasileiro Christopher Podgorski.

Apesar disso, foi consenso na companhia que a fábrica brasileira precisa ser atualizada se a ideia for mantê-la inserida na competição global. "A Scania tem 62 anos de Brasil e está acostumada aos mercados voláteis", afirma Podgorski. Mesmo assim, o executivo espera que reformas estruturais, como a da Previdência, possam dar "um sopro de oxigênio na economia". "Não podemos esquecer que o PIB do país é carregado por caminhões", diz.

O comprometimento com o mercado externo também conta na estratégia da montadora. Total de 65% dos veículos produzidos pela Scania em São Bernardo são exportados. A crise argentina prejudicou o ritmo dos embarques. Mas não a ponto de abalar a produção, como ocorre em outras montadoras. A Scania conta com bons contratos em regiões mais distantes, como a Rússia.

Bancado com recursos próprios, da operação local, o novo programa de investimentos será todo voltado à modernização da fábrica. A ideia é dar

continuidade ao plano de colocar a operação brasileira em linha com o projeto europeu, em fase de conclusão, para que os produtos da marca não dependam mais de combustíveis fósseis.

Montadora sueca busca desenvolver caminhões que não dependam mais de combustíveis fósseis

Esse plano prevê que cada caminhão ou ônibus vendidos em qualquer parte do mundo possam funcionar com diferentes tipos de energias renováveis, como biodiesel, bioetanol, gás biometano (produzido a partir de dejetos) ou eletricidade. Podgorski passou cinco anos na Suécia, onde foi preparado para a nova fase, antes de assumir o comando da operação latino-americana em 2017.

A notícia de que a Scania faria novo investimento surgiu no início do mês no Palácio dos Bandeirantes. O governador João Doria (PSDB) aproveitou visita de Podgorski, que lhe adiantou a informação, para gravar um vídeo no mesmo instante. Ontem, Doria e o secretário da Fazenda, Henrique Meirelles, foram convidados a conhecer a fábrica em São Bernardo. Depois disso, surgiu, na imprensa, a falsa notícia de que a Scania era a segunda montadora a aderir ao IncentivAuto, programa de incentivos lançado pelo governo paulista. A primeira foi a General Motors.

Mas, segundo Podgorski, o investimento não está atrelado ao programa. Vai acontecer de qualquer forma. O executivo aguarda a publicação dos detalhes do IncentivAuto. "Primeiro, queremos ter acesso às regras do jogo. Se for do nosso interesse, o programa poderá até acelerar etapas", diz. O governo paulista oferece descontos progressivos de ICMS para montadoras que investirem acima de R\$ 1 bilhão e abrirem o mínimo de 400 novos postos de trabalho.

A ampliação industrial não está nos planos da montadora, que hoje trabalha com capacidade para a produção anual de 30 mil veículos. Embora algumas áreas já trabalhem em três turnos, Podgorski diz que a renovação do parque fabril permitirá ampliar produção se for necessário.

Os investimentos começarão pela área de pesquisa e desenvolvimento. Total de R\$ 75 milhões serão destinados à construção de um novo centro para essa finalidade. Segundo Podgorski, a equipe, formada por 250 engenheiros, precisa de novas instalações e equipamentos porque assume cada vez mais tarefas antes concentradas na Suécia, voltadas, principalmente, à adaptação dos veículos às condições latino-americanas.

Segundo o executivo, na área de desenvolvimento, o foco será os combustíveis alternativos, especificamente veículos movidos a gás. "Nós temos o gás natural em abundância, que vem da Bolívia e do pré-sal, e que é até sub-utilizado. O

que sobra ou é queimado ou é liberado no manuseio, o que não é bom para o ambiente".

O executivo aponta o potencial do biogás, que se amplia à medida que as usinas de açúcar e álcool se envolvem no tema. "O diesel terá seu papel, mas, paulatinamente, a própria sociedade vai exigir novos tipos de energia", destaca.

Os investimentos da Scania vão criar plataformas flexíveis o suficiente para serem usadas a qualquer momento em caminhões elétricos e, em seguida, autônomos. "Não sei ainda quantos anos isso vai levar para chegar ao Brasil. A história nos dirá. O importante é estar preparado", destaca.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/05/2019

Seção: Economia

Autor: Daniel Weterman Luci Ribeiro

Título: Bandeiras tarifárias vão ter reajuste de até 50%

Aneel anuncia nova metodologia que eleva a taxa extra paga pelos consumidores conforme as condições de geração

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou ontem um reajuste de até 50% nos valores da bandeira tarifária, a taxa extra paga pelo consumidor de energia elétrica, conforme as condições de geração no País. A proposta aprovada altera o valor das bandeiras tarifárias a partir de 1.º de junho. A bandeira amarela passa de R\$ 1 para R\$ 1,50 a cada 100 Kwh (reajuste de 50%); vermelha no patamar 1, de R\$ 3 para R\$ 4 a cada 100 Kwh (aumento de 33,3%); e a vermelha no patamar 2, de R\$ 5 para R\$ 6 a cada 100 Kwh (alta de 20%). A bandeira verde não tem cobrança extra. O diretor-geral da Aneel, André Pepitone, disse que a mudança aprovada ontem na metodologia das bandeiras tarifárias dará maior precisão ao custo de produção de energia no País, e isso mês a mês, sem que essa conta só seja conhecida e paga no ano seguinte.

Além disso, a mudança foi necessária para evitar novo déficit no sistema em 2019, afirmou. Ele exemplificou que, em 2017, houve um déficit de R\$ 4,4 bilhões, entre o que de fato foi pago e o arrecadado e que esse valor foi passado para a tarifa em 2018, o que levou a um reajuste médio nas tarifas de energia no País de 16%. "A projeção é que a gente passe o ano de 2019 com o componente financeiro (déficit) zero, igualando a arrecadação que a bandeira vai promover ao custo de operação das usinas, para que não haja remanescente a ser cobrado na tarifa a ser cobrada na 2020", afirmou o diretor-geral da Aneel.

Inflação. Se mantida a bandeira amarela, vigente em maio, na conta de luz de junho, o impacto do aumento do valor, anunciado pela Aneel, seria de 0,03 ponto percentual no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do mês, segundo os cálculos do economista Homero Guizzo, da Guide Investimentos. No caso de acionamento da bandeira vermelha 1 no mês que vem, o efeito total – mudança da bandeira amarela para vermelha e com o reajuste no valor da bandeira – seria de 0,21 ponto, sendo 0,07 pelo novo valor. A Guide, contudo, já tinha em seu cenário-base a bandeira vermelha 1, assim, a projeção preliminar da corretora para o IPCA do mês que vem foi aumentada de 0,34% para 0,41%.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/05/2019

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: Por que o governo teme tanto os caminhoneiros

No País, o transporte de 82% da carga é feito por caminhões, o que eleva o risco de desabastecimento no caso de uma greve prolongada

A dependência do Brasil pelo transporte rodoviário tem dado cada vez mais força para os caminhoneiros. Hoje, no País, o transporte de quase 82% da carga (exceto grãos e minério) é feito por caminhão, segundo estudo do professor Paulo Resende, da Fundação Dom Cabral. O desequilíbrio da matriz é agravado pelo baixo estoque da indústria e do varejo – o que eleva o risco de desabastecimento no caso de uma greve mais prolongada. Por isso, o governo treme a cada nova ameaça de greve, como a de maio de 2018. Pelo levantamento da Dom Cabral, os supermercados trabalham com estoque médio de 10 dias; os postos de combustíveis, 5 dias; a cadeia de carne, que envolve a criação e a engorda dos animais, 7 dias; e a indústria de máquinas e equipamentos, 5 dias.

“Uma paralisação mais longa desabastece linhas de produção e chega rapidamente à população”, diz o professor. Nos postos, segmento mais afetado na greve do ano passado, a estrutura de estocagem é limitada, segundo o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo (Sincopetro), José Alberto Gouveia. Segundo ele, em áreas urbanas, a capacidade de armazenagem está entre 10 mil e 15 mil litros de combustível – o que eleva a dependência do setor pelos caminhões. Baixo investimento. O desequilíbrio no transporte brasileiro é uma herança do baixo

investimento na infraestrutura do País nas últimas décadas e das escolhas que o governo fez pelo modal rodoviário.

“Desde a década de 80, todos os governos incentivaram a indústria automobilística, o que elevou o número de caminhões na economia”, afirma Resende. O aumento do número de veículos, no entanto, não foi acompanhado pela expansão da infraestrutura. Em 15 anos, a média de investimento em transportes representou apenas 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) – segundo a Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), o País teria de investir anualmente 2,26% do PIB durante uma década para melhorar e expandir o transporte nacional. O resultado do baixo investimento é que apenas 12% da malha rodoviária nacional é pavimentada. Em 14 anos, esse percentual avançou apenas um ponto percentual. Além disso, a qualidade de 57% da malha existente é considerada regular, ruim ou péssima.

“E isso aumenta o custo operacional do transporte”, afirma o presidente da Abdib, Venilton Tadini. Somado a tudo isso, diz ele, há o fato de que a densidade relativa (km de estrada em relação à área territorial) da malha rodoviária brasileira é pequena comparada a outros países com a dimensão territorial semelhante. Segundo dados da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), nos Estados Unidos, a densidade é de 431 km por 1.000 km² de área; na China, 359 km; Rússia, 54,3 km; e o Brasil, 24,8 km. “O frete é resultado da combinação entre a baixa densidade rodoviária e a qualidade ruim das estradas”, diz Tadini. Mudar esse cenário depende de investimento e de uma política de diversificação do transporte, como hidrovias, ferrovias e cabotagem (transporte pela costa do País).

“Se quer resultado no curto prazo, invista em rodovias e hidrovias e na cabotagem que trazem retorno mais rápido. No médio prazo, invista em ferrovias”, diz o presidente da CNT, Vander Costa. O especialista em infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Matheus de Castro, é mais pessimista. Para ele, a dependência do modal rodoviário é tão elevada que não tem como ser solucionada nem no médio prazo. “Isso é fruto de uma série de escolhas (de governos) e resultado de baixo investimento em infraestrutura.”

Segundo Castro, para as ferrovias avançarem no País, é necessário melhorar a integração entre elas, para que uma concessionária possa transitar na malha de outra. “Hoje as concessões ferroviárias atuam de forma isolada.” Procurado, o Ministério de Infraestrutura, que toca as negociações com os caminhoneiros, apenas respondeu sobre as medidas que vem adotando para melhorar o dia a dia dos motoristas. /COLABORARAM LUCIANA DYNIEWICZ e ANA BEATRIZ BARTOLO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 22/05/2019****Seção: Editorial****Autor:****Título: Lucro do BNDES ajuda a aliviar a crise fiscal**

Com a venda de participações acionárias na Petrobrás, principalmente, e de papéis de Fíbria, Rede e Vale, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) teve um lucro espetacular no primeiro trimestre: nada menos de R\$ 11,1 bilhões, 436,7% maior do que no mesmo período de 2018. Esse resultado é particularmente importante em vista da situação crítica das contas do Tesouro. O banco de fomento já anunciou que fará ainda neste mês a devolução de R\$ 30 bilhões para amortizar sua dívida para com a União, atendendo à recomendação do Ministério da Economia. De acordo com esquema acertado ainda no governo do ex-presidente Michel Temer, o BNDES antecipará de 2060 para 2040 a liquidação total de sua dívida, pagando cerca de R\$ 25 bilhões por ano.

Para este ano, estava prevista a devolução de US\$ 26 bilhões, tendo sido feito, apenas no primeiro trimestre, um retorno de R\$ 4 bilhões a mais. Já a empresa de participações do BNDES, a BNDESPar, teve lucro de R\$ 8,6 bilhões no primeiro trimestre, em comparação com R\$ 570 milhões no período janeiro-março de 2018. Ao todo, a empresa vendeu R\$ 10,3 bilhões em participações. Pode-se esperar, caso as condições de mercado sejam favoráveis – e elas podem ser, considerando que, com a desvalorização do real ante o dólar, os preços das ações de empresas brasileiras ficaram mais baixos para investidores externos –, que o banco possa realizar novas vendas de papéis de sua carteira e fazer outras devoluções à União. (O Tesouro, como estimou o ministro Paulo Guedes em março, pediria ao BNDES a devolução de R\$ 126 bilhões em 2019.)

Este, contudo, é apenas um aspecto do desempenho recente do banco. “O BNDES teve uma redução bastante significativa do crédito direcionado”, como afirmou seu presidente, Joaquim Levy. O percentual de crédito direcionado, ou seja, subsidiado, está voltando aos níveis pré-crise de 2008 – de 6,5% a 7% do Produto Interno Bruto (PIB) – depois de tais empréstimos terem praticamente dobrado, chegando a 11,3% do PIB em 2015. Com esse enxugamento de subsídios, o BNDES abre espaço para que as empresas captem recursos por meio de outros instrumentos, como lançamento de debêntures, e para aumento do crédito livre por outras instituições privadas e públicas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 22/05/2019****Seção: Metrópole****Autor: Leonardo Augusto - ESPECIAL PARA O ESTADO BELO HORIZONTE****Título: Risco de barragem deixa cidade doente e sem banco e Correios**

Prefeito de Cocais reclama do avanço da demanda em postos; e até pastor relata mais brigas e mais atendimentos pessoais

O risco de rompimento da barragem da Vale em Barão de Cocais fechou os Correios na cidade, uma agência de banco e pode provocar colapso na rede municipal de saúde. O prefeito, Décio Geraldo dos Santos (PV), afirma que a Vale se recusa a passar recursos para atendimento médico e quer ajuda do presidente Jair Bolsonaro (PSL). "Não admito nenhuma morte por causa disto", afirma.

O município registra aumento na procura por atendimento no setor de saúde, com casos de hipertensão e demandas na área psicológica, desde 22 de março, quando o nível de alerta da barragem Sul Superior, da Vale, no município, foi elevado a 3, de ruptura iminente.

No último dia 13, a mineradora informou as autoridades que o talude da mina de Gongo Soco, que fica atrás da barragem, pode desmoronar, provocando abalo sísmico que teria até 15% de chances de provocar ruptura da represa. Laudos apontam que a ruptura pode ocorrer ainda esta semana. E o risco mudou completamente a rotina dos cerca de 32 mil habitantes.

"A população está aterrorizada e com toda a razão. As pessoas estão adoecendo muito, e por estresse, de esperar algo acontecer", afirma Santos.

O pastor Wellington Ricardo Martins de Souza afirma que a situação na cidade é "agonizante", e registra aumento no número de atendimentos a fiéis. "Casal que não brigava está brigando. Alunos com notas boas na escola, já não as têm mais", relata. O religioso afirma que, antes do risco de rompimento da barragem, fazia três atendimentos sociais por semana. "Agora são até 12 por dia."

O secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, Juvenal Caldeira, afirma que desde segunda-feira os Correios e uma agência bancária não abrem. Ele relata dias de caos na cidade. "Passa um helicóptero e as pessoas já acham que o talude ruiu e a represa rompeu.

Em nota, sobre recursos para a área de saúde, a Vale afirma que desde o dia 8 de fevereiro, após a evacuação dos moradores da Zona de Autossalvamento

(ZAS), foram realizados cerca de 1.400 atendimentos médicos e distribuídos 1.400 medicamentos. No mesmo intervalo, foram realizados aproximadamente 5.700 atendimentos psicossociais, para os quais mobilizou pessoal.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 22/05/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Primeiras medidas para quebrar monopólio e baratear gás saem em junho, afirma secretário

O governo prevê lançar em junho as primeiras medidas do projeto de quebra do monopólio estatal do mercado brasileiro de gás natural. Entre elas, estará a abertura da infraestrutura de transporte do combustível a empresas privadas, afirmou nesta terça (21) o secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos da Costa.

O fim do monopólio do gás é bandeira do ministro da Economia, Paulo Guedes, que vê potencial para redução em até 50% no preço do combustível. Atualmente, o consumidor industrial brasileiro paga pelo gás 50% a mais do que seus concorrentes na Europa.

Costa disse que, no curto prazo, a principal medida é permitir que produtores privados de gás acessem a malha de transporte hoje controlada pela Petrobras. São gasodutos que levam a produção das plataformas marítimas a unidades de tratamento de gás na costa e, depois, dessas unidades às distribuidoras de gás canalizado.

Segundo ele, essa infraestrutura tem hoje capacidade ociosa, que poderá ser usada por empresas privadas sem necessidade de intervenção em contratos da Petrobras.

“Estamos conversando para fazer isso de maneira amigável, sem prejudicar a Petrobras”, afirmou, sem adiantar detalhes. A Petrobras é hoje responsável por 75% da produção nacional de gás. Mas, como não têm acesso à infraestrutura de transporte, suas sócias preferem lhe vender a produção.

O governo quer incentivar essas empresas a competir com a estatal pelo consumidor final do combustível. “Dentro do governo, a gente tem clara convicção de que sim, a agenda para esse mercado é uma agenda que vai dar competitividade ao Brasil”, disse a **diretora do departamento de Gás Natural do MME (Ministério de Minas e Energia), Simone Araújo.**

As medidas devem ser anunciadas em resolução do CNPE (Conselho Nacional de Política Energética), que é coordenado pelo MME. A expectativa do Ministério da Economia é que a meta de redução à metade do preço seja atingida para alguns setores econômicos em 2024.

Costa citou os setores de fertilizantes e químicos como alguns dos beneficiados pela medida. “Hoje o custo do gás é proibitivo. Estamos com a indústria de fertilizantes parando”, afirmou. Estudo liderado pelo economista Carlos Langoni prevê potencial de atração de R\$ 240 bilhões em investimentos em diversos setores caso o preço do gás seja reduzido do país. Para o ministro da Economia, o processo pode resultar na reindustrialização do país.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 22/05/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Mais uma barragem

Parece um pesadelo sem fim. Somente quatro meses depois da tragédia de Brumadinho, e três anos e meio desde o rompimento da barragem de Mariana, o estado de Minas Gerais se encontra às voltas com a possibilidade iminente de mais um desastre do gênero.

O sinal de alerta soou no complexo minerário Gongo Soco, também pertencente à Vale, no município de Barão de Cocais, onde o talude que forma a parede da cava da mina deverá ceder nos próximos dias.

O risco é que a vibração provoque danos à barragem de rejeitos localizada a 1,5 km distante da cava, levando à sua ruptura. Tanto a empresa como a Agência Nacional de Mineração (ANM), no entanto, afirmam não ser possível prever as avarias que o evento causará.

A encosta de sustentação vinha se movimentando cerca 10 cm por ano desde 2012, medida considerada aceitável para uma cava profunda, segundo a ANM. Desde o fim de abril, porém, a velocidade do deslocamento acelerou-se para 5 cm por dia, condenando a estrutura.

"O talude da cava vai se romper com agravidade, isso é um fato. O que estamos fazendo agora é minimizar os riscos e evitar que pessoas transitem dentro da cava ou que sejam atingidas", afirmou o diretor da ANM Eduardo Leão.

Felizmente, mesmo que o pior cenário se concretize, não há risco de uma catástrofe humana como a que houve em Brumadinho, na qual morreram quase 300 pessoas.

Os moradores das comunidades mais próximas à mina de Gongo Soco, que seriam atingidos em questão de minutos, foram retirados da área em fevereiro, quando a barragem ameaçada atingiu o nível 2 (numa escala de 1 a 3). De acordo com a Defesa Civil de Minas, 443 pessoas deixaram suas casas.

Já os residentes da área urbana, que receberia a onda de lama em cerca de uma hora, vêm passando por treinamentos de fuga.

Qualquer que seja o desfecho, o episódio traz à tona a imprudência não raro criminosa que permite a proximidade de barragens de rejeitos e povos ações humanas.

Um enorme contingente convive, quiçá sem o saber, com o horizonte sombrio da ruptura.

São 3,5 milhões de pessoas habitando cidades com estruturas que apresentam risco de rompimento —um total de 45, em mais de 30 municípios de 13 estados. Inexiste na legislação distância mínima a ser respeitada entre barragens e comunidades do entorno.

Mais grave, entretanto, é a incúria de empresas e órgãos de controle que pode levar ao terceiro rompimento de um reservatório de rejeitos em tão pouco tempo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 22/05/2019

Seção: Mercado

Autor: William Castanho

Título: Caminhoneiro constrange governo e STF, diz entidade do agronegócio a Luiz Fux

CNA questiona tabela do frete mínimo e afirma que ameaça de nova paralisação virou ativo político das lideranças dos motoristas

A CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) afirma ao STF (Supremo Tribunal Federal) que a ameaça de uma nova greve dos caminhoneiros virou um “grande ativo político” das lideranças da categoria.

Em manifestação enviada à corte na segunda-feira (20), a entidade diz que o alerta dos profissionais de transporte de cargas tem constrangido o governo federal e o Supremo.

A paralisação dos caminhoneiros completou nesta terça-feira (21) um ano. O movimento levou o país ao desabastecimento por 11 dias e causou impactos negativos no crescimento em 2018.

Três ações no STF questionam a tabela do frete mínimo. Ela foi criada por medida provisória e convertida em lei na gestão Michel Temer (MDB) para pôr fim à paralisação.

Um dos processos foi ajuizado pela CNA. Nas ações, os autores argumentam que há interferência indevida do Estado na economia e violação do princípio da livre iniciativa.

Em petição dos advogados Rudy Ferraz Maia, Rodrigo de Olivera Kaufmann e Carolina Carvalhais Vieira de Melo, a entidade reclama da demora do Supremo em julgar o caso.

A CNA afirma que, “quase um ano após a tramitação das citadas ações”, o esforço do ministro Luiz Fux, relator do caso, em delimitar o conteúdo dos processos “acabou adquirindo um desenho parcial e desequilibrado”.

Fux suspendeu todos os processos no país contra a tabela do frete em decisão provisória em fevereiro. Ele já havia, porém, em 2018, dado a mesma decisão.

Empresas e entidades encontraram uma brecha para questionar resoluções da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres). O órgão regula o valor do frete.

A CNA argumenta que o ministro deixou os produtores rurais de “mãos atadas”. Afirmar ainda que o impasse provoca insegurança jurídica e limita o direito de acesso à Justiça.

A entidade também critica a resolução da ANTT editada em abril, após pressão dos caminhoneiros sobre o governo Jair Bolsonaro (PSL).

Diante da ameaça de nova paralisação, a agência reajustou o valor do frete. A entidade pede a suspensão do aumento de 4,13%.

Houve ainda alteração na periodicidade do aumento do diesel pela Petrobras, após queixa de Bolsonaro. A empresa chegou a perder R\$ 32 bilhões em valor de mercado em um único dia.

A ANTT livrou os caminhoneiros do pagamento de multa caso aceitem transportar carga abaixo do valor da tabela. A sanção, agora, recai apenas sobre quem os contrata.

Para a CNA, a medida é “uma clara e evidente desproporção no tratamento dado às partes envolvidas”. Segundo a confederação, a condição de negociação é desigual.

A entidade pede a Fux a suspensão de resoluções da ANTT e de qualquer ato que provoque aumento da tabela.

A CNA quer também a revogação da decisão que travou processos em instâncias inferiores e o julgamento final das ADIs (ações diretas de inconstitucionalidade) pelo plenário do Supremo.

A advogada Maricí Giannico, sócia do escritório Mattos Filho em Brasília, concorda com os argumentos da entidade.

“Há uma intervenção indevida do Estado no domínio econômico e na livre iniciativa, uma afronta ao ato jurídico perfeito. Há um preço mínimo, o que acabou ofendendo a livre concorrência e a defesa do consumidor”, diz.

Segundo Giannico, os ministros da corte estão diante de um dilema jurídico-político.

“O Supremo vai ter de analisar com bastante cuidado. Existe um componente político sempre, mas sem dúvida permeado de aspectos constitucionais que não podem ser deixados de lado nunca.”

Mário Nogueira, sócio do NHMF Advogados, afirma que “Justiça que tarda falha”. “São milhares de empresas e caminhoneiros no Brasil que estão em um limbo jurídico.”

O caso não entrou na pauta do colegiado neste primeiro semestre. Procurado, o STF não havia se pronunciado até a conclusão deste texto.

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, se manifestou a favor da tabela. O parecer foi encaminhado ao Supremo no início de abril.

Segundo ela, o preço mínimo respeita “a valorização do trabalho” e “a dignidade humana”.

Otávio Pinto e Silva, sócio do escritório Siqueira Castro e professor de direito do trabalho da USP, afirma que a manifestação de Dodge segue “uma linha plausível”.

“Não há violação em o Estado fazer intervenção porque a atividade econômica precisa ter em vista interesses da sociedade”, diz.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 22/05/2019**Seção:** Tendências/Debates**Autor:** Alain Fresnot**Título:** A Petrobras e a Geni

Audiovisual não é culpado por desmandos na empresa

Diretor e produtor de filmes como "Desmundo" "Ed Mort" e "Família Vende Tudo"

Antes que me acusem de advogar em causa própria, antecipo que já fui, sim, financiado pela Petrobras. Com o recurso (R\$ 1,8 milhão) obtido completei um orçamento de R\$ 6 milhões e realizei em 2003 "Desmundo", épico histórico baseado no livro de Ana Miranda que retrata o Brasil dos primeiros anos da colonização. Este filme é usado até hoje por inúmeros professores de história por todo o país e é sempre lembrado nas listagens de melhores filmes brasileiros para a educação.

Além desta honra, outra alegria que a obra me proporcionou foi ter sido mencionado como exemplo de administração de filme de longa metragem em acórdão feito pelo TCU (Tribunal de Contas da União) quando da análise dos procedimentos de administração e controle da Ancine, agência nacional que rege a nossa atividade.

Este preâmbulo é para destacar a importância que teve o apoio da Petrobras à cultura e o quanto vai fazer falta —a se confirmar a orientação atual que parece ser a de interromper qualquer intervenção nesta área.

A cultura acaba sendo uma espécie de Geni, é a primeira a ser atacada. Fala-se em revanchismo, pois os artistas e intelectuais, em sua maioria, não apoiaram a eleição do atual presidente. Além da Petrobras, a Caixa e o próprio BNDES estão interrompendo sua carteira de investimentos em audiovisual.

Não posso crer neste cenário, apesar de termos tido um precedente no governo Collor com o desmonte total da atividade. O liberalismo "puro e duro" transformaria o país em deserto de criação e em mercado exclusivo para os velozes e furiosos de Hollywood. Curiosamente, foi no tempo dos militares que o "market share" das telas brasileiras foi mais favorável ao nosso cinema.

A orientação atual da Ancine e do Fundo Setorial do Audiovisual tem sido a de privilegiar produções com vocação comercial; daí a importância de termos na Petrobras uma outra fonte de recursos para filmes mais ambiciosos cultural e artisticamente.

Não há como não elogiar o esforço de moralização que foi e está sendo feito na Petrobras. O loteamento político de suas diretorias, a serviço do financiamento de partidos, foi uma tragédia. E, quando começou a vir a público, a primeira vítima foi a cultura! Espantoso, não?

Nada tínhamos a ver com os desmandos. Nossa atividade, cujo investimento era irrisório na escala de operação da empresa, foi sumariamente interrompida.

Nesse sentido, o atual governo não está só. Esquerda ou direita no poder? Corta-se a cultura na Petrobras! Somos a tal da Geni!

A troca do apoio à cultura pela educação da primeira infância, no caso do cinema, é falacioso e não se sustenta, uma vez que a Lei do Audiovisual (3% do imposto devido), como o próprio nome indica, só pode ser usada no audiovisual. Esperamos que o bom senso prevaleça e que, a exemplo de EUA e Europa, defendamos nossa produção e o mercado de audiovisuais. Volta, Petrobras!

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 22/05/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Verde

Painel S.A.

Com apoio de associações ligadas a grandes empresas de energia, o deputado Christino Áureo (PP-RJ) lança nesta quarta (22) uma frente parlamentar que defende o financiamento de energia sustentável a partir da riqueza do pré-sal.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 22/05/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Agência aprova reajuste nos valores de bandeira tarifária

A diretoria da Aneel (Agência Nacional de Energia elétrica) aprovou em reunião nesta terça-feira (21) um reajuste nos custos extras gerados pelo acionamento das chamadas bandeiras tarifárias na conta de luz.

O mecanismo, que visa sinalizar ao consumidor as condições de geração de energia, aumentando custos quando há menor oferta, agora resultará em cobrança adicional de R\$ 6 a cada 100 kilowatts-hora quando no patamar vermelho nível 2, que sinaliza um nível mais crítico de oferta. O valor anterior era de R\$ 5.

Já o adicional da bandeira vermelha nível 1 passa de R\$ 3 para R\$ 4 a cada 100 kwh.

O da bandeira sobe de R\$ 1 para R\$ 1,5 a cada 100 kwh.

A Aneel atribuiu o reajuste ao menor nível dos reservatórios das hidrelétricas.

Neste mês, a bandeira é a amarela. Entre janeiro e abril, vigorou a verde, que não gera cobrança extra.

VEÍCULO: O Globo

Data: 22/05/2019

Seção: Colunas

Autor: Miriam Leitão

Título: Bolsonaro não sabe governar

Durante os anos em que foi parlamentar, Jair Bolsonaro não presidiu comissão, não relatou qualquer projeto, nunca liderou grupo algum. Ele não se interessava pelas matérias que passavam por lá, concentrando-se em questões do seu nicho. Sua preocupação era apenas a defesa dos interesses da corporação dos militares e policiais.

Afora isso, ofendia colegas que considerasse de esquerda e dava declarações espetaculosas para ocupar espaço no noticiário. Com esse currículo ele chegou à Presidência. Hoje, não entende nem os projetos que envia ao Congresso, como se vê diariamente nas declarações que faz.

A informação de que ele não sabe o que faz é possível notar até nos pequenos detalhes. Cercado de crianças, ontem, ele disse que elas sustentariam a aposentadoria dos adultos ali presentes. O ministro Paulo Guedes teve que lembrar que o próprio governo propôs criar um novo sistema que em tese mudaria a lógica da repartição.

Mais importante do que saber se ele vai aprovar a capitalização é constatar que ele não sabe que a incluiu no projeto da reforma. O seu decreto de armas tem tantas inconstitucionalidades que contra ele se levantam desde governadores até as companhias aéreas estrangeiras. Quando perguntado sobre a reação ao projeto, Bolsonaro declarou: "se é inconstitucional tem que deixar de existir". Ora, ele deveria ter procurado saber da constitucionalidade do seu ato antes de editá-lo. Para isso existem, ou deveriam existir, o Ministério da Justiça e a Casa Civil.

Diariamente, Bolsonaro diz algo que contraria o espírito dos projetos que seu governo defende ou contradiz o que disse. De manhã, afirma que a "classe política" é o grande problema do país, de tarde, a adula. Navega por qualquer tema com a mesma superficialidade que demonstrava no exercício dos seus mandatos de deputado. Nenhuma surpresa nisso. Por que mesmo ele seria presidente diferente do parlamentar que foi?

A direita que o defendeu, e se surpreende agora com o péssimo desempenho da sua administração, demonstra, no arrependimento, a qualidade do próprio voto. Houve opções à direita que não colocariam o país nesta brutal incerteza em que se encontra.

O fato é simples: o presidente Bolsonaro não sabe governar. É essa a razão da sua performance tão errática nestes quase cinco meses. Sua relação tumultuada com o Congresso não deriva de uma tentativa de mudar a prática da política, mas da sua falta de aptidão para qualquer tipo de diálogo. Não sabe ouvir, não entende os projetos, não tem interesse em estudá-los. Repete frases feitas, porque são mais fáceis de decorar, como: "Tirar o governo do cangote do empresário", "empresário no Brasil é herói". E outras monótonas repetições.

O jargão "Mais Brasil e menos Brasília" não é apenas oco. Ele tem sido negado na prática. Este governo quer decidir de Brasília qual é o método de alfabetização em cada município, e do Planalto qual é o marketing do Banco do Brasil. Não fez rigorosamente nada para descentralizar coisa alguma. Não conseguiu entender até o momento qual é a lógica da formação de preços da Petrobras.

Quando ele e seu **ministro da Energia, Bento Albuquerque**, afirmam que os preços serão mais baixos quando o país for autossuficiente em petróleo demonstram que desconhecem que a estatal segue preços internacionais. Portanto, nem se a empresa produzir toda a gasolina e diesel consumidos internamente o país estará protegido das oscilações.

O texto avalizado por ele na última sexta-feira tem uma mensagem implícita contra o Congresso e as instituições democráticas. Inclui também a afirmação

de que o Brasil é um "cadáver". Com esse sentimento confuso de oposição a tudo, o presidente e os seus convocaram uma manifestação a favor dele mesmo, Bolsonaro. Lembra o chavismo, movimento iniciado por um coronel autoritário e que governou sempre convocando manifestações a favor do seu governo e demonizando todos os que se opunham aos seus métodos e decisões. Nada mais parecido com Hugo Chávez, em seu início, do que Bolsonaro.

Como Chávez e seu sucessor Maduro, Bolsonaro quer seus seguidores nas ruas, e nas redes sociais, constrangendo os políticos, os juízes e a imprensa, para culpá-los pela própria incapacidade de governar.

VEÍCULO: O Globo

Data: 22/05/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Bloqueio de gastos deve ser de R\$ 3 bilhões ou menos

Com uso de reserva de emergência, contingenciamento será menor que o previsto e governo poupará ministérios de cortes

O bloqueio de despesas que o governo anunciará hoje será menor que o previsto originalmente. Segundo uma fonte da equipe econômica, o contingenciamento deve ficar em torno de R\$ 3 bilhões, ou até menos que isso. A informação foi antecipada pela colunista do GLOBO Míriam Leitão, em seu blog. Inicialmente, técnicos da equipe econômica estimavam que seria necessário segurar de R\$ 5 bilhões a R\$ 10 bilhões dos gastos previstos para o ano.

A tesourada menor foi possível porque o governo decidiu usar parte de uma reserva de emergência formada no início do ano.

Em março, o Ministério da Economia contingenciou R\$ 29,7 bilhões das despesas do ano, para garantir o cumprimento da meta fiscal. Na ocasião, foi criada uma reserva orçamentária de R\$ 5,4 bilhões, para atender a necessidades urgentes dos ministérios. Agora, parte desses recursos será usada.

Essa reavaliação de como as despesas devem ser gastas é feita de dois em dois meses pelo governo. A equipe econômica bloqueia gastos quando a previsão de arrecadação de impostos cai ou a expectativa de despesas sobe. Em março, o governo cortou a expectativa de crescimento do PIB para 2,25%. Agora, segundo a fonte, cortará para 1,6%. Quanto menos a economia cresce, menos o país arrecada em impostos e contribuições.

RECEITAS AJUDARAM CONTAS

A diferença desse corte é que, ao queimar parte da reserva, o governo conseguirá poupar os ministérios. Na última vez, a tesourada afetou todas as áreas do governo. O bloqueio de R\$ 5,8 bilhões na pasta da Educação esteve por trás de manifestações contra o governo em todo o país na semana passada.

Ainda segundo a fonte do governo, o bloqueio menor será possível também porque houve recálculo sobre as receitas, mas não há detalhes sobre quais recursos ajudaram a fechar a conta. Os contingenciamentos são feitos para garantir que, no fim do ano, o governo conseguirá cumprir a meta fiscal. Neste ano, o déficit não pode superar R\$ 139 bilhões.

O megaleilão de petróleo previsto para o fim do ano deve garantir uma arrecadação extra de mais de R\$ 100 bilhões, mas ainda é difícil contar com esse dinheiro porque parte será compartilhada com a Petrobras. O ministro da Economia, Paulo Guedes, já disse várias vezes que pretende também dividir os recursos com estados e municípios. Um terceiro motivo é burocrático: dependendo do edital, pode ser que a bolada só entre nos cofres do governo no início do ano que vem.

Sempre que anuncia um contingenciamento, o governo afirma que o bloqueio pode ser desfeito caso a economia reaja. Analistas, no entanto, têm apontado na direção contrária. Segundo o mais recente relatório Focus, compilado de projeções publicado semanalmente pelo Banco Central, a economia brasileira deve crescer só 1,24% neste ano. Na semana passada, o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, disse que os modelos da equipe econômica são convergentes com os usados pelo mercado financeiro.

(Marcello Corrêa)

MME / ASCOM .